

ESCRavidÃO E REVOLTAS DE ESCRAVOS EM ANGOLA (1830-1860)

*Roquinaldo Ferreira**

Foram várias as investidas para aumentar a presença portuguesa em Angola entre 1836 e 1860. Três destas iniciativas tiveram grande visibilidade. O Ambriz, uma região sem soberania definida, foi ocupado em 1855. Fundou-se, em 1848, uma colônia, Mossamedes, com portugueses que saíram de Pernambuco fugindo do clima de antilusitanismo durante a Revolução Praieira. Além destas iniciativas, a partir de 1836, desencadeou-se um ciclo de investidas militares para submeter as regiões a leste do Rio Kwango. Não se trata aqui de aferir o quanto tais iniciativas tiveram êxito. Mossamedes, por exemplo, não teve êxito imediato. Apesar disto, é claro o esforço reordenador português em Angola a partir de 1836. E o fim do tráfico ilegal, é preciso dizer, ao afastar os riscos à soberania portuguesa, também fez parte desta reordenação.¹

* Doutorando em História na Universidade da Califórnia (UCLA). Este texto foi originalmente o terceiro capítulo da dissertação de Mestrado "Dos sertões ao Atlântico: tráfico ilegal de escravos e comércio lícito em Angola (1830-1860)", defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1996. Algumas mudanças foram feitas a partir do acréscimo de material coletado durante pesquisa em Luanda e Lisboa entre julho e setembro de 1998. Agradeço às seguintes instituições pela série de pequenos financiamentos que tornaram possível esta pesquisa: Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade da Califórnia. Centro de Estudos Africanos da Universidade da Califórnia. Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, Fundação Tinker, Programa de Estudos Internacionais e do Ultramar da Universidade da Califórnia e do Departamento de História da Universidade da Califórnia.

¹ Suzanne Miers afirma que Portugal trocou o reconhecimento de territórios pelo combate ao tráfico ilegal: "When Portugal condemned vessels caught in this area for slaving in her dominions Britain protested that she did not recognise Portuguese territorial claims. Portugal offered to take vigorous action against the traffic in return for such recognition (...)". Ver Suzanne Miers, *Britain and the ending of the slave trade*. New York, African Publishing Company, 1977, p. 24. Quanto às investidas militares dos portugueses, ver Joseph Miller, "The confrontation on the Kwango: Kasanje and the Portuguese, 1836-1858", *Atas da 1 Reunión Internacional de História de África: relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*, Lisboa, IICT, 1989, pp. 535-572.

O fim do tráfico ilegal significou igualmente transformações imediatas no perfil demográfico de Luanda. Entre 1845 e 1850, a população total de Luanda aumentou de 5.605 para 12.656 pessoas; um aumento anual de cerca de 1.392 pessoas. Dois grupos em particular foram privilegiados por tal crescimento: os escravos e os pretos/mulatos livres. Só os escravos aumentaram de 2.749 para 5.900. Por esta razão, quase metade da população total de Luanda era formada por escravos, em 1850. Já os pretos/mulatos livres, aumentaram de 1.255 para 5.305, conforme indica a tabela:²

Tabela 1
População de Luanda em 1850

Status social	Homens	Mulheres	Total
Branços	820	420	1.240
Pardos livres	1.185	750	1.935
Pardos escravos	50	70	120
Pretos livres	1.220	2.150	3.370
Pretos escravos	2.150	3.750	5.900
Total	5.425	7.140	12.656

Fonte: *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola* (BOGGPA), nº 303, de 19 de julho de 1851.

São claros os indícios da relação entre explosão demográfica e o fim do tráfico ilegal sobre Luanda. Até os anos quarenta, era comum que fossem mantidos nos quintais dos casarões dos traficantes de escravos que habitavam em Luanda até 300 ou 400 escravos. Dali os escravos eram encaminhados, para os embarques ilegais, a vários pontos da costa de Angola, em regiões como Ambriz e Ambrizete. Milhares de cativos afluíam anualmente a Luanda nas caravanas chegadas dos sertões e só depois eram levados para os pontos de embarques ilegais. Este foi uma padrão no tráfico de escravos particular do período ilegal. É preciso dizer que, ao mesmo tempo que existiam caravanas levando

² Os dados populacionais de Luanda para 1845 estão em José Joaquim Lopes de Lima, *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas na Africa Occidental e Oriental, na Asia Occidental; na China e na Oceania*, Parte I, pág. 4-A, citado por René Pélissier, *Les guerres grises: résistances et revoltes en Angola (1845-1941)*, Paris, Montamets, 1977, p. 32.

escravos para Luanda, várias outras rotas levavam escravos diretamente para os portos de embarque no norte e sul de Angola.

George Tams, o naturalista que esteve em Angola em 1841, testemunhou a chegada de caravanas com escravos em Luanda.

Não era fácil distinguir sempre à primeira vista os poucos escravos que vinham destinados a venderem-se na cidade; porque eles entravam frequentemente misturados na caravana, caminhando com os outros na mesma fileira, e como eles, acarretando mercadorias; mas algumas vezes vinham com as mãos atadas atrás da costa, ou com cordas ao pescoço acompanhando a cáfila. Se a caravana se compunha de uma grande porção de escravos escoltados por poucos condutores, estes se viam então obrigados a adotar medidas de segurança, e defesa própria, prevenindo-se contra o risco de serem assassinados quando dormindo. Em tais casos, os condutores se provinham de uma comprida vara, com uma espécie de garfo numa das extremidades dentro do qual encaixavam os pescoços dos escravos, prendendo a si a outra extremidade; e desta forma eles se conservavam sempre a mesma distância, podendo sem receio adormecer, depois de terem tomado a precaução de lhes ligar as mãos atrás das costas durante aquele tempo, para evitar que eles pudessem tirar os pescoços dos garfos.³

Dois pontos se destacam no relato de Tams. Primeiro, a óbvia preocupação com a segurança. Tal preocupação era diretamente proporcional ao número de escravos nas caravanas. Cuidados especiais eram, então, necessários para excluir qualquer chance de fuga ou revolta dos escravos. Tantos cuidados sugerem, porém, algo a respeito do comportamento dos cativos. Em condições degradantes, fazia-se uma longa caminhada desde o interior, o que, no entanto, não impedia fugas e revoltas entre os escravos levados nas caravanas. Um outro ponto se destaca no relato de Tams: o sigilo no tráfico ilegal em Luanda. Para escapar da repressão, as caravanas com escravos evitavam a luz quando entravam em Luanda. Esta foi uma situação bastante diferente da dos anos trinta, quando era livre a entrada de caravanas com escravos em Luanda. A partir de início dos anos quarenta, contudo, os traficantes

³ George Tams, *Visita às possessões portuguesas na Costa Ocidental da África*, Porto, Typographia da Revista, 1861, pp. 218-219.

buscavam a noite para consumir seus negócios. Tams, na verdade, testemunhou uma situação que precedeu a repressão maior, a partir de 1845, que provocou um colapso na entrada de escravos em Luanda.

Além disso, quando os escravos eram em grande número, eles os prendiam uns aos outros com cadeas, ou cordas pelo pescoço, e lhes amarravam as mãos, não obstante virem estes condutores sempre bem armados; ao mais pequeno indício de perigo, salvavam eles as suas vidas sacrificando as dos escravos. Como já mencionei era muito raro entrar na cidade alto dia qualquer porção avultada deles com destino de serem ali vendidos: usualmente faziam estas entradas acobertados com a escuridão e silêncio da noite, ocultando estas infelizes criaturas, roubadas quando dormindo e trocadas por qualquer bagiaria, em várias partes da cidade, e nas vizinhanças, até aumentarem seu número suficientemente; e muitas vezes o fato de estarem escondidos só se divulgava após a partida do navio.⁴

As dificuldades para transportá-los para fora de Luanda parecem ter ditado um brutal aumento no número de escravos que compunham a população de Luanda entre 1845 e 1850. Estas dificuldades, por sua vez, surgiram com o interesse português em terminar com o tráfico ilegal de escravos e criar novas opções econômicas para Angola. Para os administradores portugueses, através da abolição do tráfico ilegal de escravos e manutenção da escravidão, se garantiria a viabilidade das atividades lícitas em Angola. Estas ações antitráfico foram consoantes com o pensamento defendido por alguns publicistas da época. Principalmente depois da independência do Brasil, Portugal foi cada vez mais refratário aos estreitos laços entre Brasil e Angola. No discurso dos administradores, o Brasil sugava as riquezas de Angola e o tráfico ilegal era o principal mecanismo desta espoliação. Dizia-se então que, através do tráfico, trazia-se para o Brasil a mão-de-obra que poderia ser empregada em Angola.

Segundo este discurso oficial, o tráfico ilegal só favorecia os traficantes “brasileiros” e os luso-africanos de Luanda. Desta forma, o verdadeiro “pano de fundo” do abolicionismo português da época foi incrementar as atividades lícitas de Angola através da escravidão. Para

⁴ Ibid., pp. 218-219.

tanto, desenvolveu-se uma verdadeira retórica de oposição entre o tráfico ilegal de escravos e o comércio lícito.

A abolição da escravatura ao mesmo tempo que fez entre nós o preço dos escravos que podemos desde já adquirir por quarenta ou quarenta e cinco mil réis, e em breve por menos, fez subir no Brasil a trezentos mil réis o preço de cada um, e esta causa de per se basta para fazer ver que as nossas produções poderão dar-se a menor preço, que estabeleceremos ligações diretas com a metrópole, deixando o intermédio até agora usado do Rio de Janeiro, e que daqui se seguirão não só a utilidade da colônia, reduzida quase a zero pela supressão do comércio de escravos (...).⁵

A rigor, no entanto, não havia como dar concretude em Angola ao liberalismo vigente em Lisboa. Em Angola, os interesses dos colonos eram bem diferentes daqueles manifestados pela metrópole. Várias medidas contra a escravidão e o trabalho forçado foram decretadas por Portugal entre 1830 e 1850. Só uma, no entanto, foi implementada: o fim do tráfico de escravos. E isto só deu certo, é preciso dizer, além do interesse português, pela mobilização de navios de guerra de várias marinhas na costa de Angola. Embora a abolição do tráfico tenha sido vista como vital para manter a soberania portuguesa sobre as colônias africanas, Portugal só conseguiu agir efetivamente contra o tráfico a partir de 1841. Em 1836, por exemplo, quando Portugal oficialmente baniu o tráfico ilegal, o governador-geral de Angola foi obrigado, diante da pressão local, a atenuar o decreto abolicionista.⁶

⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), 2ª Seção - Correspondência dos Governadores de Angola. Pasta 2, 1836-1837. Primeira comunicação, em 21 de março de 1836, do conselho de direção da companhia de agricultura de indústria de Angola e Benguela com Lisboa. Podemos ver os primórdios desta retórica no pronunciamento de despedida de Nicolau de Abreu Castello Branco, quando foi substituído por Santa Comba Dão no posto de governador-geral de Angola em 15 de fevereiro de 1830, AHU, cx. 164, Angola 1830, doc. n.º 75. Ver também a carta enviada por Manoel da Cruz para Manoel Ribeiro Guimarães, membro da Associação Mercantil, em 20 de outubro de 1837, acerca do comércio de africanos, carta que revela uma visão extremamente crítica em relação ao tráfico, em que o autor afirma que Portugal pode recuperar a perda do Brasil cultivando a África. Biblioteca Nacional de Lisboa, Códice 600.

⁶ Sá da Bandeira tentou introduzir no projeto que tramitou no Legislativo português, no início de 1836, um item que libertava todos os escravos que nascessem após a promulgação da lei antitráfico. Este item foi retirado pelo próprio Sá da Bandeira no momento da promulgação do decreto abolicionista português, em 10 de dezembro de 1836. Ver Maria do Rosário Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências: a escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995, p. 340.

O abolicionismo português foi sistematizado pelo publicista Lopes Lima em 1846. Segundo ele, Portugal deveria adotar uma colonização de novo tipo em Angola. Lopes Lima encampava a idéia, plenamente difundida entre os administradores portugueses, de que o Brasil crescia a partir dos “braços” escravos “roubados” de Angola. Publicado em plena campanha contra o tráfico ilegal, o texto de Lopes Lima, na verdade, fazia propaganda das riquezas potenciais de Angola. E, para ele, tais riquezas só seriam plenamente exploradas com o fim do tráfico ilegal, o que, na visão do publicista, daria a Angola a abundância de mão-de-obra indispensável para a tão almejada prosperidade econômica.

A abolição da escravatura ocasionou um grave paroxismo mercantil, como devia esperar-se em praças de comércio cujos mercadores quase que não sabiam dar outro emprego a seus capitais: aterrados por este golpe — para o qual aliás deviam estar preparados — uns retiraram-se da terra, levando consigo as suas grandes riquezas, enquanto que outros quiseram ainda teimar na antiga carreira, arrostando os bloqueios e as severas penas que a legislação novíssima impõe aos contrabandistas negreiros: o desengano porém já vai produzindo o seu salutar efeito desde que o governo português tem dado provas de querer acabar de uma vez com um tráfico tão infame como nocivo aos verdadeiros interesses das nossas possessões africanas, a cuja cultura se roubavam os braços, que iam fertilizar terras estranhas.⁷

Antes mesmo de Lopes Lima, em 1840, numa obra póstuma, Sebastião Xavier Botelho também pregava contra o tráfico ilegal. Botelho também sintetizou a visão dos administradores portugueses em relação à África Portuguesa. Abolir o tráfico ilegal para dar lugar ao uso, em larga escala, da escravidão nos domínios portugueses. Por esta razão, Botelho frisava: abolir o tráfico ilegal não implicava o fim da escravidão. Tratava-se unicamente da oferta de novas opções na colonização portuguesa, a partir de idéias, aliás, bastante avançadas para a época. Botelho defendia, por exemplo, a criação de companhias de comércio, além da adoção da brandura na escravidão a ser praticada nos domínios portugueses.

⁷ Lima, *Ensaio sobre a estatística*, p. XXXVIII.

Não admira que o comércio da escravatura ainda hoje tenha apologistas porque a avareza é a última paixão que morre no coração do homem; mas admira os argumentos de que se valem para sustentar sua opinião, confundindo o comércio dos negros com o acabamento total e repentino da escravidão: coisas entre si muí distintas e separadas, se bem que pareçam estreitamente unidas pelo muito que se tem lidado em as baralhar.⁸

Até mesmo argumentos de higiene pública foram usados contra o tráfico ilegal. Alguns administradores viam no tráfico ilegal a causa principal das doenças que se alastravam por Luanda. Milhares de escravos reunidos em Luanda não tinham condições adequadas de acomodação. Assim, ao tráfico ilegal de escravos eram dirigidos vários ataques: atrair capitais que poderiam se destinar à agricultura, à indústria e às “artes”. Além disto, o tráfico de escravos ofendia a religião cristã e diminuía a população indígena ao levar os “braços para fora da província” — para o Brasil e, já então, para Cuba. Na visão de alguns administradores, higienizar Luanda, algo vital do ponto de vista da saúde pública, significava limpá-la dos quintais de escravos, onde, imaginava-se, se originavam as doenças que afligiam a cidade.

O tráfico que atraía os capitais, que impedia o desenvolvimento da agricultura, da indústria e das artes, que desprezava a cidade que não era sua, que ofendia pela base a existência sincera da religião cristã, que diminuía a população indígena levando os braços para fora da província, que amontoava o ouro como um depósito para o levar a outras terras sem deixar vestígios, e que estabelecia a moralidade do acampamento militar como fundamento da vida social de Luanda, era fatal para a saúde pública.

Aglomeravam-se nos quintais dos moradores grandes porções de escravos — duzentos, às vezes trezentos e quatrocentos em cada quintal — ali estavam, comiam, dormiam e satisfaziam todas as necessidades humanas, e dali infectavam as casas e a cidade com os mais pútridos miasmas; e porque o peixe seco é comida estimada e usual deles, era sobre o muro destes quintais, e sobre os tetos

⁸ Sebastião Xavier Botelho, *Escravatura: benefícios que podem provir às nossas possessões d'África da proibição daquele tráfico*, Lisboa, Typographia de José B. Morando, 1840, p. 1.

das casas de palha, vulgarmente chamadas cubatas que tais preparações se faziam, com manifesto dano para a saúde pública.⁹

Medidas contra o trabalho forçado dos carregadores e a própria escravidão coadjuvaram o movimento antitráfico português. Em 1839, uma portaria impediu o trabalho forçado. Mas só em 1856, contudo, Portugal conseguiu interferir e abolir o serviço gratuito dos carregadores. Esta foi uma medida especialmente delicada porque todo o comércio entre Luanda e os sertões de Angola dependia dos carregadores negros, que eram recrutados através das chefias africanas “avassaladas”. Na verdade, na abolição do serviço dos carregadores, tem-se um quadro de transformações mais amplas no comércio de Angola. Havia uma resistência cada vez maior entre os chefes africanos ao recrutamento de carregadores, algo que prejudicava diretamente os negociantes de Luanda, que dependiam dos carregadores para o comércio com os sertões. A partir do comércio lícito, os próprios africanos cada vez mais praticaram o comércio de longa distância através das caravanas. Com isto, os negros, até então contratados como carregadores pelos negociantes luandenses, se tornaram integrantes das grandes caravanas organizadas pelos chefes africanos.

Quanto à escravidão, uma primeira legislação foi criada em 1854, sem na prática alterar o dia-a-dia dos escravos angolanos. Foi criada

⁹ Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos (presidente da Câmara Municipal da Cidade de São Paulo de Assunção de Luanda). *Carta acerca do tráfico dos escravos na Província de Angola*. Lisboa, Imprensa de J. J. A. Silva, 1853. É claro que não foi posta de lado a estratégia de abolir o tráfico para que os escravos fossem empregados na própria Angola: “A nosso ver a única tábua de salvação é a abertura de estradas da cidade para as diferentes direções do interior, aproveitando os braços disponíveis que o tratado de supressão nos deixou no país, com os quais bastante recursos poderemos tirar das muitas produções quase espontâneas deste vastíssimo solo”. Ver o *Almanak statistico da Província d’Angola e suas dependências para o ano de 1852*. Luanda, Imprensa do Governo, 1851, p. 22. A partir de Carlos José Caldeira, que esteve em Luanda em 1852, tem-se mais um exemplo do argumento antitráfico baseado na higienização de Luanda: “Assegurava-se que era mais sensível o melhoramento do clima nestes últimos dias, devido em parte à reforma de maus hábitos, de comensas, de ceias lultas, e à cessação do comércio escravatura, que obrigava a ter amontoadas porções de negros nos pátios das casas, como em currais de brutos, sem asseio algum, e donde se exalavam pestilentos miasmas”. Carlos José Caldeira, *Apontamentos d’uma viagem de Lisboa à China*, Lisboa, Typographia de Castro & Irmão, 1853, p. 200. O argumento científico também esteve presente na abolição do tráfico ilegal no Brasil. Ver Sidney Chalhoub, *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 72-76.

uma categoria intermediária entre o homem livre e o escravo: o liberto. Ao liberto, cabia trabalhar para os antigos senhores durante 10 anos, a fim de ressarcir-los. Mas não houve como levar a termo a legislação de 1854. O viajante John Monteiro, que esteve em Angola naquela altura, previu que o fim da escravidão em Angola seria uma “letra morta”, visto que os negociantes e produtores dependiam da mão-de-obra escrava para levar adiante seus negócios:

At near date, the total abolition of slavery in Angola has been decreed, and will come into force; with the inevitable result of the ruin of the plantations, or of its becoming a dead letter in the province.¹⁰

De fato, a escravidão acabou por só ser abolida por Portugal em 1868. Os libertos, na prática, nada mais eram que escravos. Tem-se aqui o limite do liberalismo português. Foi possível acabar com o tráfico, mas a escravidão manteve-se intacta. Segundo alguns autores, isto foi uma estratégia deliberada do Estado português. Como já se viu, foi algo também pregado por alguns publicistas da época: acabar com o tráfico ilegal, exatamente para manter e fortalecer a escravidão.¹¹

There are at present in Angola several sugar and cotton plantations worked by slaves, called at present “libertos”, who are meant by the portuguese government to work ten years, as a compensation to their owners for the capital expended in their clothing, education and medical treatment.¹²

Fortalecer a escravidão em Angola não foi uma tarefa das mais difíceis, levando em conta o declínio no preço dos escravos com o fim

¹⁰ John Monteiro, *Angola and the River Congo*. Londres, Mac Millan & Co., 1875, pp. 75-76.

¹¹ Pimentel analisa desta forma o contexto que cercou o decreto português de 1836: “Estas exceções (que permitiam que os portugueses transportassem escravos de uma colônia para outra de Portugal mesmo depois do decreto antitráfico de 1836) vinham ao encontro das pretensões da política de Sá da Bandeira de desenvolver as possessões portuguesas em África e de criar alternativas econômicas ao tráfico negreiro, o que pressupunha a existência de uma mão-de-obra abundante, a sua concentração em território nacional e a proibição da exportação de mão-de-obra para o estrangeiro”. Ver Pimentel, *Viagem ao fundo das consciências*, p. 341. Adelino Torres, *O Império Português: entre o real e o imaginário*. Lisboa, Escher, 1994. Ver também Richard Roberts e Suzanne Miers, “The end of slavery in Africa”, in Suzanne Miers e Richard Roberts (orgs.), *The end of slavery in Africa* (Madison, University of Wisconsin Press, 1988), p. 15.

¹² Ao mencionar a cultura do algodão e do açúcar, John Monteiro se refere mais propriamente aos anos sessenta. Ver Monteiro, *Angola and the River Congo*, pp. 75-76.

do tráfico atlântico para as Américas. A relação entre preço e fim do tráfico de escravos é clara. Ao diminuírem os embarques, a partir de 1850, os preços dos escravos em Angola caíram. Entre 1846 e 1850, foram embarcados de Angola 113.000 escravos. Já entre 1851 e 1855, apenas 7.600 escravos foram exportados. Com isto, em 1854, o preço de um escravo jovem em Luanda sofreu uma queda de 70 a 80 para apenas 10 a 20 dólares, segundo Robert Harms. No interior, segundo Ladislau Magyar, o húngaro que morou e viajou pelo interior de Angola, o fim do tráfico ilegal fez desabar em 1/3 os preços dos escravos.

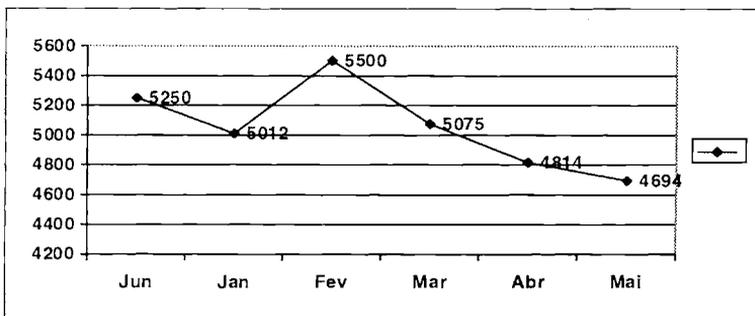
Atualmente o preço dos escravos é muito baixo; desde que se vem impedindo o seu embarque, o preço baixou até um terço. Já se pode comprar um jovem escravo adulto ou uma jovem escrava por 35-40 côvados de diversos tecidos europeus. Um boi possante custa quase a mesma coisa (...).¹³

Números relativos a um total de 260 escravos vendidos na região de Icollo e Bengo, entre junho de 1858 e maio de 1859, confirmam a queda no preço dos cativos em Angola. Nos anos cinquenta, aquela era uma região conhecida como um dos mais procurados refúgios de escravos fugidos de Luanda. Distanto cerca de quarenta léguas desta, em 1859, a população total do Icollo e Bengo somava 10.193 pessoas com 1.903 fogos. Os números referentes aos preços de escravos naquela região mostram um decréscimo médio em torno de 20% entre junho de 1858 e maio de 1859. Embora mais baixo que os 70% que podem ser calculados a partir dos dados de Harms, tal número se encontra numa faixa parecida com aquele sugerido por Magyar.¹⁴

¹³ Para os embarques de escravos ver David Eltis, *Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade*, New York, Oxford University Press, 1987, p. 256. A queda no preço dos escravos em Luanda pode ser vista em Robert Harms, *River of wealth, river of sorrow: the Central Zaire Basin in the era of the slave and ivory trade, 1500-1891*, Londres, Yale University Press, 1981, p. 29. Ladislau Magyar, *Viagens no interior da África Austral nos anos de 1849 a 1857*, edição ainda em preparação em Luanda, capítulo 7, pp. 14-17.

¹⁴ A população total do Icollo e Bengo pode ser achada num relatório da administração portuguesa para o ano de 1859. Ver correspondência dos governadores de Angola, 2ª Seção, Pasta 25.1 (1859). Para os registros sobre os 269 escravos que foram vendidos no Icollo e Bengo em 1859, ver Arquivo Histórico Nacional de Angola (daqui para frente AHNA), códice n. 2782, cota 9/c-2-2. Para o número de fogos no Icollo e Bengo, ver AHU, Resumo e comparação no pagamento do dizimo, em 23 de fevereiro de 1860, na Pasta 26.1 (1860).

Gráfico 1
Preços de escravos no Icollo e Bengo entre 1858 e 1859 (em réis)



Fonte: Arquivo Nacional de Angola, Registros de Escravos (Icollo e Bengo), Códice nº 2782, cota 9/c-2-2.

Assim como as variações entre os escravos, as variações no número de libertos obrigam a uma conclusão: foi cada vez maior o peso das formas de trabalho forçado na economia de Angola entre 1845 e 1863. Quanto aos libertos, os números mostram um aumento brutal entre 1859 e 1863. Um aumento que não esteve concentrado só em Luanda, mas sim generalizado por várias regiões de Angola. Tais números, de certa forma, refletem as mudanças então operadas na economia de Angola. Antes de 1855, conforme é mostrado pelo movimento de navios pelo porto de Luanda entre 1845 e 1860, o eixo econômico de Angola voltava-se quase exclusivamente para o centro-sul, englobando Luanda e Benguela. Os números relativos aos libertos nos anos de 1859 e 1863, no entanto, sugerem mudanças no peso econômico das diversas regiões de Angola. Através deles, nota-se que Benguela experimentava um relativo declínio econômico em fins dos anos cinquenta. Em Benguela, o número de libertos simplesmente diminuiu entre 1859 e 1863, conforme aponta a tabela 2.

No Ambriz, empregaram-se somente 24 libertos em 1859, bem longe dos 422 empregados em 1863. Este aumento dos libertos na região pode ter refletido as mudanças que aí aconteceram após 1855, quando foi militarmente ocupado por Portugal. A partir de então, os laços entre o Ambriz e Luanda, foram estreitados, o que criou um novo eixo econômico no norte de Angola. Tal inflexão torna-se também visível

Tabela 2
 Libertos em Angola entre 1859 e 1863¹⁵

Distritos	1859	1863
Ambriz	24	422
Luanda	2.328	6.781
Benguela	1.792	1.583
Mossamedes	47	291
Golungo Alto	9.483	21.182
Total	13.674	30.259

vel através da movimentação de navios de cabotagem no porto de Luanda, entre 1845 e 1860. No total, saíram de Luanda para os “portos do norte” e Ambriz 185 navios entre 1845 e 1860.¹⁶ Por outro lado, destas mesmas regiões, entraram 166 navios em Luanda no mesmo período. Os números do movimento de navios pelo porto de Luanda mostram que o ano de 1855, quando o Ambriz foi ocupado por Portugal, foi um verdadeiro “divisor de águas”. Entre 1846 e 1854, entraram em Luanda apenas 33 navios dos “portos do norte” e Ambriz. A partir de 1855, contudo, nota-se um aumento sensível em tais entradas. Cerca de 80% (133) dos navios que entraram em Luanda procedentes dos “portos do norte” e Ambriz entre 1846 e 1860, o fizeram a partir de 1855.¹⁷

O mesmo movimento de expansão em relação ao eixo norte da economia de Angola é notável a partir das saídas de navios em viagens de cabotagem por Luanda. Entre 1846 e 1854, foram apenas 46 saídas para os “portos do norte” e o Ambriz. Já em relação ao período posterior, entre 1855 e 1860, tem-se valores bem mais expressivos, com 139 sain-

¹⁵ Fontes: AHU, Correspondência dos Governadores, Angola, Pasta 26, “Relação dos libertos registrados na Província d’Angola desde que existem indivíduos (1854) com tal condição até o fim do ano de 1859” e Pasta 34, “Nota do número de libertos que têm sido registrados na Província de Angola depois do decreto de 14 de dezembro de 1854 até 31 de dezembro de 1863”. Os dados para a montagem desta tabela me foram gentilmente cedidos por José C. Curto.

¹⁶ Na linguagem da época, “portos do norte” era uma designação genérica aplicada ao Rio Zaire, a Ambriz, Ambrizete, Cabinda e outros pontos ao norte de Luanda.

¹⁷ Para o movimento do porto de Luanda, ver Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Angola (BOGGPA) entre 1845 e 1860; registro de Entrada de Navios Vindos dos Portos de Angola e do Exterior (1853-1861). AHNA; Mapas da Alfândega de Luanda (1847-1848), AHU.

do para estas regiões. Já o aumento sensível dos libertos em Mossamedes também se justifica pelo crescimento econômico da região nos anos sessenta. Em fins dos anos cinquenta, Benguela ainda tinha a primazia como origem ou destino dos navios que passavam por Luanda em direção ao sul de Angola. No geral, Benguela respondeu por 38%, enquanto Mossamedes respondeu apenas por 8% do movimento de cabotagem entre 1845 e 1860. Com a guerra civil americana, no entanto, Angola passou por um *boom* da cultura do algodão. Ao que tudo indica, Mossamedes beneficiou-se diretamente deste surto algodoeiro.¹⁸

A maior parte dos libertos estava concentrada em duas regiões: Luanda e o Golungo-Alto. Em Luanda, os números se justificam pela condição privilegiada da cidade, capital da província e porto principal da região. Os números de libertos no Golungo-Alto, uma região não-costeira, são preciosos. Além da expansão econômica para o norte, a partir da criação do eixo econômico no Ambriz, houve também um aumento nas atividades econômicas no interior. No Golungo-Alto, se concentravam as rotas do comércio com os sertões. De certa forma, o número de libertos ilustra a importância estratégica da região.

Mas, se garantiu uma força de trabalho gratuita, o fim do tráfico ilegal produziu também efeitos menos elogiados entre produtores e negociantes luandenses. Luanda sofreu cada vez mais com as fugas e revoltas dos escravos concentrados na cidade. Valores próprios da escravidão praticada no interior, muitas vezes uma escravidão de tipo doméstica, influenciavam os escravos das áreas dominadas pelos portugueses. Tudo indica que costumes e práticas tradicionais nas sociedades do interior incentivavam a fuga dos africanos escravizados na costa. Uma faixa de terra pequena e cercada por povos independentes, que mantinham com os portugueses relações instáveis, constituía a área sob domínio português em Angola. Por si só, isto criou um quadro bastante favorável para as fugas e revoltas dos escravos.¹⁹

¹⁸ Ibid. Para o *boom* algodoeiro, ver W. G. Clarence-Smith, *Slaves, peasants and capitalists in Southern Angola, 1840-1926*, Londres, Cambridge University Press, 1979, p. 15.

¹⁹ Manning menciona a eclosão de várias revoltas de escravos em vários pontos da África em meados do século XIX. Ver Patrick Manning, *Slavery and African life: Occidental, Oriental, and African slave trades*, New York, Cambridge University Press, 1990, p. 144.

Entre as sociedades africanas, a instituição da escravidão guardava grandes diferenças em relação à escravidão mercantil praticada no espaço controlado pelos portugueses em Angola. Ladislau Magyar esteve nos sertões de Angola e identificou uma escravidão doméstica no “país de fala quimbundo”. Segundo Magyar, existiam os *fuká* e os *dongo*, duas classes diferentes de escravos. Os *fuká* eram mantidos sob propriedade de alguém, como um “penhor”, segundo diz Magyar. Podiam ser resgatados pelos antigos donos mediante pagamento. Por outro lado, os *dongo*, capturados nas guerras ou comprados, padeciam da escravidão absoluta.

Bem vistas as coisas, aqui não há criados; o lugar deles é ocupado pelos escravos que, como já mencionei, formam duas classes especiais. Os *fuká* ou *háfuká* são, como penhor, propriedade do credor apenas até ao seu resgate. Mas os *dongo*, ou seja, os escravos capturados na guerra ou comprados, são propriedade absoluta dos seus donos.²⁰

Magyar afirma que a escravidão era uma instituição amplamente praticada no interior de Angola. Leis consuetudinárias aplicadas de acordo com o interesse dos mais fortes, guerras endêmicas entre os africanos e a aplicação de pesadas multas ao menor delito, que forçavam o devedor a se oferecer como escravo, eram os motivos que podiam fazer um homem livre suscetível de se tornar escravo. Magyar diz que talvez a metade da população do “país quimbundo” fosse formada por escravos. E dentre a população escrava, os homens eram majoritários, respondendo por 2/3 do total.

O número dos *dongo* é muito grande, não só porque muitos são os adquiridos por compra no estrangeiro, como também porque há muitos da terra que acabam na escravatura. Na verdade, entre estes povos gananciosos, invejosos e eternamente em conflito uns com os outros, o mínimo delito, mesmo uma palavra dita inadvertidamente que contrarie os seus estúpidos usos, é considerado um crime “*kezila*” e como não há lei escrita e o direito consuetudinário, na maior parte dos casos, é interpretado e apli-

²⁰ Magyar. *Viagens no interior da África Austral*, cap. 7, p. 11. Manning menciona as peculiaridades da escravidão africana. Ver Manning, *Slavery and African life*, p. 113.

cado arbitrariamente pelos poderosos e em desvantagem dos mais fracos e, finalmente, porque não existe a devida proporção entre a gravidade do delito e o castigo, constando o castigo sempre de pesada multa: é por tudo isso que não nos devemos admirar de que quase metade da nação esteja vendida como escrava à outra metade.²¹

Entre o húngaro Ladislau Magyar e John Monteiro, o inglês que também foi ao interior, quase não há diferenças na análise da escravidão praticada no interior de Angola. Os dois viajantes viam naquela escravidão uma instituição com características domésticas: benigna e não hereditária.

Como já mencionei, os donos exercem um poder mais paternal do que autoritário sobre os seus escravos, tratam-nos amavelmente e deixam-lhes o tempo suficiente para que possam executar as suas próprias tarefas domésticas. Além disso, os escravos casam-se sempre com mulheres livres, levam portanto uma vida razoavelmente cômoda e os seus filhos, como propriedade da mãe, são pessoas livres. Mas as escravas são, na maior parte das vezes, concubinas dos seus donos e, como tal, fazem parte dos membros da família.²²

Mas o tratamento benigno dispensado aos escravos não era fruto da bonomia dos proprietários. Tratá-los bem era a maneira de evitar as fugas.²³ Os costumes africanos facultavam aos escravos o direito de fugir para encontrar outros donos. Bastava sentir algum tipo de “descontentamento” com seus donos e os escravos poderiam fugir para buscar outros donos. E eram dois os tipos de fugas. Na modalidade conhecida como *vátira* o escravo simplesmente abandonava tudo e fugia. Esta fuga não era sancionada pelos costumes africanos e levava o escravo para o ponto o mais longe possível. Mas o verdadeiro perigo para os proprietários de

²¹ Magyar, *Viagens no interior da África Austral*, p. 11.

²² *Ibid.*, p. 12.

²³ As informações de Magyar foram confirmadas, a partir do depoimento de Henrique de Carvalho, de 1890, conforme aponta Isabel Castro Henriques, *Commerce et changement en Angola: Imbangala et Tshokwe face à la modernité*, Paris, L'Harmattan, 1995, p. 211. Nota do editor: há edição em português sob o título *Percursos da modernidade em Angola: dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, [trad. Alfredo Margarido], Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical e Instituto da Cooperação Portuguesa, 1997.

escravos era a *chimbika* ou *tombika*. A partir deste tipo de fuga, o escravo poderia procurar qualquer outro chefe africano e se oferecer para ser seu escravo. Cometia-se algum delito, por exemplo, matar algum animal do dono pretendido e, para ressarcir o prejuízo causado, o ofensor, já escravo, se oferecia como escravo para outro dono.²⁴

A *chimbika* ou *tombika* era também usada pelos escravos criminosos que, ao fugir, causavam algum dano ao patrimônio de outra pessoa para, então, poderem se oferecer como escravo. Sendo um potentado, o antigo dono poderia ainda tentar reaver seu escravo através de pagamento. Bastava pagar pelo dano que o escravo causara ao “outro” dono pretendido. Mas os escravos podiam impedir que tal estratégia fosse consumada por seus antigos donos. Era só causar um grande dano ao patrimônio do futuro dono. Assim, o antigo dono acabaria por não achar interessante pagar para ter seus escravos de volta.

Mas se o escravo tiver cometido qualquer crime de vulto, fugindo por isso do seu dono, que devido à sua fortuna ou à sua posição exerça uma influência bastante grande na sociedade e possa, portanto, reaver o fugitivo por meio de um resgate considerável, nessa altura o escravo fugitivo causa um dano maior para poder ficar, em consequência disso, junto do novo dono. Nesse caso tenta, geralmente, infiltrar-se na manada de bois de um qualquer senhor nobre; ali mata uma rês, corta um bocado da carne, assa-o num lume que esteja mais à mão e come-o. Depois grita em voz alta que, em face do prejuízo causado, se oferece como escravo eterno ao dono do bovino e evoca como prova da veracidade da sua palavra o bocado de carne de vaca que tinha assado e comido na fogueira do curral.²⁵

Famílias inteiras de escravos poderiam fugir através da *chimbika* ou *tombika*, todos, então, se tornando escravos do novo dono. Também pessoas livres, certamente em situações de risco, como guerras, fomes ou mesmo dívidas se valiam da *chimbika* ou *tombika*. Nenhum dos eventuais delitos dos escravos pesava sobre os donos que os aceitavam.

²⁴ “Este tipo de fuga é, na maior parte das vezes, levado a cabo somente pelas escravas; num homem seria considerado um sinal de especial covardia”. Cf. Magyar, *Viagens no interior da África Austral*, p. 13.

²⁵ *Ibid.*, p. 13.

sem. O escravo ou um africano livre podia até mesmo ter matado e roubado antes de se oferecer como escravo a alguém, mas nada disto pesava sobre o novo dono.

A fuga *tombika* é levada a cabo, geralmente, só por escravos que têm família, tendo assim a convicção de que serão aceites de bom grado pelo novo dono. Pois não só o escravo que se escapa desta maneira passa à posse do novo dono, como também as suas mulheres e filhos podem segui-lo sem estorvo. Não só os escravos costumam mudar de dono desta maneira, mas também pessoas livres, quando são pobres e perseguidas por causa de um delito ou de uma dívida, se tornam, de livre vontade, escravos de um senhor poderoso para escapar ao perigo certo. Pois a partir do momento em que se tornam escravos, desistindo da sua liberdade, são considerados mortos em relação a tudo o que acontecera antes e lança-se um véu de esquecimento sobre todos os seus delitos anteriores e o seu dono só pode pagar a multa por delitos de que se tenham tornado culpados quando já eram seus escravos.²⁶

Tais prejuízos aos donos de escravos eram plenamente sancionados e reconhecidos pelos costumes africanos. Muitas vezes os antigos donos eram obrigados até a entregar os objetos pessoais de seus ex-escravos. Em geral, os escravos procuravam por donos poderosos, que almejavam sempre por mais escravos. Um novo dono sentia-se compelido a aceitar os escravos. Caso não procedesse assim, o novo dono poderia não ser mais procurado por mais nenhum escravo se oferecendo para trocar de dono. Um escravo novo e um boi tinham o mesmo preço. Por esta razão, não era interessante reclamar, ou melhor, pagar, por um escravo que se valia da estratégia de matar um boi do dono pretendido.²⁷

O resgate dos escravos perdidos desta maneira é extremamente difícil ou mesmo impossível. O novo dono só se mostra disposto a entregá-los ou por especial amizade ou em troca de um grande

²⁶ Ibid., p. 13.

²⁷ Isabel Castro Henriques mostra que um prestígio diretamente proporcional à quantidade de escravos fazia os proprietários temerem pelas fugas de escravos: "(...) il faut bien que les propriétaires ne malmènent pas les dépendants, sous peine de les voir déguerpir pour aller s'installer chez le voisin, risque qu'aucun propriétaire ne peut courir, sous peine de voir partir les hommes qui assurent son prestige". Henriques, *Commerce et changement en Angola*, p. 205.

sacrifício. Pois quem assim proceda é condenado na opinião dos escravos que pensam em fugir; já não têm confiança nele e não é provável que procurem refúgio junto dele. Por outro lado, matar um boi inclui-se entre os maiores crimes, e por isso evita-se mencionar sequer o resgate de um escravo que matou um bovino.²⁸

Não é descabido que os africanos que viviam sob um tipo de escravidão de base mercantil, nos territórios controlados pelos portugueses, se guiassem pelo conceito de fuga *chimbika* ou *tombika*. Pode-se redarguir tal suposição argumentando que o relato do húngaro Ladislau Magyar não basta para se tirar conclusões definitivas sobre esta questão. Mas o fato é que também no relato de outro viajante, o inglês John Monteiro, encontram-se evidências reforçando que os escravos se guiavam pelos valores nativos africanos quando fugiam. Apesar de ter conhecido também o sul de Angola, Monteiro descreve principalmente os costumes dos povos do centro-norte de Angola.

Monteiro visitou locais onde os portugueses mantinham culturas de café e algodão. Regiões localizadas na costa, com escravos comprados no interior. Quando fugiam para o interior, relata Monteiro, os escravos dos portugueses eram considerados homens livres. Segundo Magyar, na tradição de alguns povos, admitia-se que os escravos do interior fugissem, se colocando sob o jugo de outro senhor. Ou seja, o africano que optava pela fuga *chimbika* não deixava de ser escravo. No relato de Monteiro, é diferente, pois escravos fugitivos conquistavam a liberdade. De qualquer forma, Monteiro deixava bem claro que os escravos se guiavam pelas “native laws” quando fugiam. Os produtores tinham que fazer um novo

²⁸ “O abate de um boi que pertence a outra pessoa é considerado, nas crenças religiosas, como crime grave; além disso, o preço de um boi é quase equivalente ao de um escravo, por isso não é de admirar que não seja fácil resgatar um escravo fugido desta maneira. Aconteceu uma vez que um dos meus escravos, depois de me ter causado graves danos por sede de vingança, fugiu da maneira descrita, refugiando-se junto de um outro dono. Falei com o soberano sobre o resgate deste escravo, não propriamente por vingança, mas para estabelecer um exemplo para os outros escravos. O soberano mandou então amarrar o escravo fugitivo e também o seu novo dono, entregando-os a mim com as palavras: ‘Este branco aqui não goza das vantagens ligadas aos nossos hábitos rapaces, pois seria para ele uma vergonha; por isso deve estar também livre das desvantagens dos mesmos’. Eu libertei logo o dono amarrado, mandando-o em liberdade; com isso, o soberano ficou muito irritado e pela minha desobediência tive que lhe pagar uma multa considerável, pois ele queria a todo o transe que aquele que acolhera o fugitivo ficasse também como escravo”. Cf. Magyar, *Viagens no interior da África Austral*, pp. 11-13.

pagamento para ter seus escravos de volta. Em geral, pagamentos que superavam o que havia sido pago na primeira compra do escravo. Ou seja, algo bem próximo do costume relatado por Ladislau Magyar.

By the native laws, a black once sold as slave, and scaping back to his tribe, is considered a free man, so that a planter at present has no hold on his slave; if they scape into the neighbouring tows, the natives will only deliver them up on the payment of a certain amount, very often more than he had cost in the first instance.²⁹

Além de fugirem, os escravos se associavam aos africanos que habitavam regiões fora da jurisdição de Portugal. Existe pelo menos um caso registrado de ameaça de ataque a presídios portugueses do interior reunindo escravos e africanos “não-avassalados”. Foi no presídio português de Novo Redondo, em 1842. Os escravos pertenciam aos habitantes do presídio e haviam fugido “seduzidos pelos gentios”. O episódio se relaciona aos confrontos entre negociantes portugueses e sobas africanos. E é certo que disputas comerciais estavam por trás do episódio. Pagamentos de direitos comerciais, por exemplo, ou então a pura pilhagem, estavam muitas vezes na origem destes confrontos. Importa ressaltar aqui que os escravos fugitivos do presídio de Novo Redondo receberam acolhida, e talvez a liberdade, entre os povos africanos que habitavam ao redor do presídio.

Tenho a honra e desgosto de participar a V. Exa. que o presídio de Novo Redondo se acha ameaçado de ser invadido pelo gentio combinado com muitos escravos que da povoação fugiram seduzidos pelo mesmo gentio, que tem tomado atitude hostil.³⁰

Com as revoltas e fugas de escravos, os produtores angolanos foram colocados diante da alternativa de adquirir escravos em Moçambique. Isto aconteceu, não se sabe em que escala, antes mesmo

²⁹ Monteiro, *Angola and the River Congo*, pp. 75-76.

³⁰ AHU. Pasta 5B, 1842. Correspondência do Governador-Geral José Xavier Bressane Leite, em 24 de dezembro de 1842. O episódio foi relatado mais tarde também: “Tenho a honra de participar a V. Exa. que no dia 23 de dezembro último chegou a este porto uma lancha vinda de Novo Redondo com a notícia de se achar aquele presídio ameaçado de uma invasão dos sobas vizinhos a quem se tinha unido a maior parte dos escravos pertencentes aos habitantes do presídio”. Ver correspondência do Governador-Geral José Xavier Bressane Leite, 9 de fevereiro de 1843. AHU. Pasta 6A, 1843.

do fim dos grandes embarques de escravos por Angola. Produtores angolanos do comércio lícito pregavam a importação de escravos de Moçambique, o único recurso, dizia-se, para evitar a aquisição dos escravos “angolanos”, que eram muito mais sujeitos a fuga. Reconhecia-se a abundância de escravos em Angola. Mas era lembrado que tais escravos conheciam muito bem a região e fugiam com facilidade. Daí a sugestão extrema: a importação de escravos de Moçambique. Para adquirir escravos em Moçambique, apresentava-se uma sugestão também insólita: simplesmente trocar escravos de Angola por escravos “moçambicanos”.

Restam os escravos, e estes podem ser obrigados a trabalhar; há deles em abundância, têm-se por diminutos preços, e até muito mais baratos do que os importados de Moçambique; mas, senhora, concededores do país, só em ferro se podem conservar: o trabalho em ferros é estéril, e soltos estão logo nos matos. Não resta portanto à companhia outro meio de obter braços para agricultura senão o de os importar de Moçambique, ou comprando-lhe ali ou permutando-lhe pelos daqui.³¹

Quem mais sofreu com as fugas e revoltas de escravos foi Luanda. E não há nenhuma surpresa nisto. Já foi visto o quanto cresceu a população escrava da cidade entre 1845 e 1850. Benguela, por exemplo, tinha uma população pequena, se comparada a Luanda, com um número bem menor de escravos. Segundo Magyar, eram 1.200 escravos em Benguela, em 1849, bem longe dos 6.000 escravos de Luanda em 1850. Cerca de metade da população luandense era formada por escravos. Daí o porquê da alta incidência de fugas de escravos na cidade. Entre 1849 e 1855, as fugas e revoltas de escravos foram os problemas que mais afligiram os negociantes e proprietários de Luanda. Por esta época, e certamente como um efeito do fim dos embarques de escravos, se multiplica-

³¹ AHU, Pasta 2C, 1839, Petição defendendo a aquisição de escravos de Moçambique feita pelos membros da Associação Comercial e Agrícola de Angola, em 30 de outubro de 1839. Nos anos sessenta, o ex-governador-geral Calheiro e Menezes apontou como um dos itens de um grande projeto para reordenar Angola “a troca de recrutamento de pretos entre Angola, São Tomé, Cabo Verde e mesmo Moçambique, [como] único meio de ter bons soldados de 1ª linha nesta província, visto a propensão dos nativos para a deserção, a facilidade de a realizar e a dificuldade de a punir (...)”. Cf. Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes, *Relatório do Governo Geral da Província de Angola para o ano de 1861*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, p. 77.

ram os *motolos* ou *quilombos* nas adjacências de Luanda.³² Os quilombos, que amedrontaram os luandenses entre 1850 e 1855, ficavam “a um dia de jornada de Luanda, em mata virgem que se estende até a margem direita do Quanza e lhes dá passagem a caminhos só deles conhecidos para a Quissama”. Milhares de escravos habitavam nestes quilombos, que estavam próximos de Luanda, na região do Icollo. Os escravos se armavam e ameaçam diretamente a segurança da cidade. Diante das reclamações, fez-se uma “pequena expedição” de forças militares, em 1849. Com financiamento particular, uma tropa foi organizada pelo Governo Provincial de Angola para combater os quilombos do Icollo.

Por diversas vezes têm chegado ao meu conhecimento representações dos habitantes desta cidade (Luanda) pela fuga de seus escravos para um dos quilombos nas proximidades do distrito de Icollo. Reputo este objeto de bastante consideração pelo prejuízo que devem experimentar os mesmos habitantes por aquela fuga, e gravidade pela aglomeração de gente, a maior parte armada, que ali vai tendo lugar. Tenciono no próximo tempo fresco mandar ao lugar, que me tem designado como ponto de reunião de escravos fugidos, uma força que os possa capturar para serem entregues a seus donos que pagarão — e de bom grado — a despesa que se houver de fazer com esta pequena expedição.³³

As fugas levavam aquilo “que a muitos constitui a única e principal

³² É preciso dizer que *quilombo* era uma denominação usada em Angola sem a conotação que se tinha no Brasil escravista. Um *quilombo* poderia ser formado por brancos negociantes, por exemplo. *Quilombo* era simplesmente um acampamento, não importa de que tipo, se militar ou para fazer o comércio. Deve-se reconhecer, no entanto, que o termo *motollo* era associado aos escravos fugidos. *Motollo* era a denominação que se dava ao “lugar dos fugidos”. Levando em conta que *motollo* era usado como sinônimo de *quilombo*, não se deve excluir a hipótese de que *quilombo* tenha adquirido, nos anos cinqüenta, o sentido de um acampamento de escravos fugidos. Ver Arquivo Municipal de Luanda, atual Arquivo da Biblioteca Municipal de Luanda, Livro n° 319. Copiador de Ofícios Expedidos, 1859-1862, Folha 112-verso: “Representação que a Câmara Municipal de Luanda dirigiu a S. Exª o Governador-Geral em 3 de outubro de 1860”. Documento transcrito por José de Almeida Santos, *Vinte anos decisivos na vida de uma cidade. 1845-1864*, Luanda, Câmara Municipal de Luanda, 1970, p. 445.

³³ AHU, Pasta 16A, 1850, Relatório do Governador-Geral referente ao período entre 17-08-1848 e 31-12-1849. Aída Freudenthal encontrou registros que mostram que o quilombo do Icollo já estava ativo em 1831. Aída Freudenthal, “Os quilombos de Angola no século XIX”, Rio de Janeiro, comunicação ao IV Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 1996 (texto inédito), p. 15.

riqueza”: os escravos. Além disto, os quilombos representavam um sério perigo para a realização do comércio a partir de Luanda. As caravanas que saíam da cidade eram atacadas pelos escravos fugitivos, causando sérios prejuízos para os negociantes luandenses. Conhecedores da região, os escravos atacavam os viajantes nas estradas que conduziam ao interior de Angola. Os negociantes de Luanda tinham grande dependência em relação ao comércio com os sertões. Já se tinha uma alta taxa de risco na realização deste comércio. Desta forma, os escravos fugidos aumentavam ainda mais os riscos do comércio com os sertões.

Na primeira parte do meu já citado relatório (de 20-01-1850) prevenia eu a V. E. do que tencionava fazer, a fim de evitar a fuga dos escravos dos habitantes de Luanda e distritos para diferentes pontos pouco distantes desta cidade, entre Icollo e Calumbo. Esta fuga prejudicava os mesmos habitantes, e fazia-os a todo momento recear pela conservação daquela sua propriedade, que a muitos constitui a principal e única riqueza.

Mas não era só esse que ofereciam as continuadas deserções de escravos. Os ataques incessantes por eles praticados nas estradas próximas aos seus quilombos contra os viandantes era objeto grave, e não devia nem podia ser por mais tempo tolerado.³⁴

Na verdade, a expedição contra os quilombos do Icollo mobilizou uma grande tropa. Foram usados os “empacasseiros”, a guarda negra que policiava a Cidade de Luanda, além de um batalhão da tropa de linha de Luanda. Com peças de artilharia, as tropas do governo venceram a resistência dos quilombos, que estavam localizados numa uma área de difícil acesso. Foi guardado segredo em relação ao ataque para evitar a fuga dos escravos para o interior. E para ter o necessário sigilo, evitando que a operação que estava sendo montada não se tornasse conhecida, criou-se um ardil. Muitos soldados eram necessários para garantir a segurança quando o governador-geral se deslocava pelo interior. Assim, foi simulada uma visita do governador-geral ao interior para acobertar a grande movimentação de tropas que precedeu o ataque aos quilombos.

³⁴ AHU, Pasta 17, 1850, Relatório da administração da Província de Angola para o ano de 1850. Freudenthal também menciona os riscos representados pelo quilombo para os negociantes de Luanda. Freudenthal. “Os quilombos de Angola no século XIX”, p. 16.

Tornava-se pois forçoso aplicar todos os meios possíveis para evitar semelhante mal, que cada dia ia crescendo, e não desprezar as representações que a tal respeito me haviam feito alguns indivíduos. Era melindrosa e árdua reputava eu a empresa, que igualmente requeria grande segredo, e por isso, servindo-me do pretexto de inspecionar os distritos, fiz no mês de junho dispor a força de empacasseiros necessária para se efetuar o ataque com bom resultado, incumbindo a sua direção a um experimentado capitão de guerra preta, que também foi ajudado por gente da polícia de Luanda. A densidade e a espessura das matas e brenhas fez durar por muitos dias o ataque, para que serviu de muito auxílio e vantagem uma peça de artilharia, que ali mandei com a completa guarnição, e um forte destacamento do batalhão de linha; indo eu mesmo em pessoa examinar o destacamento.³⁵

Houve uma grande resistência dos quilombolas. Os combates duraram vários dias e muitos escravos foram capturados. Não são mencionadas as muitas baixas entre os escravos, mas dois homens morreram e 14 se feriram entre as forças do governo. E não apenas escravos, mas também libertos estavam no Icollo. Não se tratava aqui, é óbvio, de libertos como aqueles que existiram a partir de 1854. Em Angola, dava-se o nome de libertos aos escravos libertados dos navios negreiros aprisionados na costa. Eles viviam numa condição muito parecida com os escravos libertados de navios negreiros no Brasil, que também recebiam o nome de libertos. Na prática, eram escravos.

Sucedeu pois com este auxílio o que eu já esperava. Os trânsfugas abandonaram as primeiras posições em que resistiram fortemente. E os empacasseiros puderam penetrar em seus campos e começar com mais segurança a sua perseguição. Passados dois dias foram alguns logo capturados e os restantes mais tarde vieram às mãos da força que eu ali havia mandado.

Não foi diminuto o número dos escravos de particulares e libertos empregados nas repartições de governo que se conseguiu segurar; e como se tornava indispensável um severo e público castigo, assim o determinei, fazendo depois entregar os pretos a quem pertenciam.³⁶

³⁵ Ibid.

³⁶ Ibid.

Fez-se um ataque surpresa aos escravos dos quilombos. Foram destruídas as cubatas, as casas construídas nos quilombos. Como as forças do governo tinham uma peça de artilharia, causou-se uma dispersão entre os escravos. Os escravos foram então obrigados a partir para o combate direto com as forças do governo. Grandes conhecedores da região, muitos se refugiaram ainda mais para dentro das matas cerradas da região do Icollo. Aí é que foi, pela segunda vez, importante a peça de artilharia levada pelas tropas do governo. Sob fogo do canhão usado pelas forças governamentais, os escravos refugiados na mata não resistiram. Mantidos vários dias cercados, se renderam porque não tinham nem comida nem água. Após o grande ataque das forças do governo, restava prender somente 20 escravos.

Mal ouviram os primeiros tiros, apossaram-se, como eu esperava, de grande susto e, retirando-se mais para o interior, abandonaram o primeiro lugar em que se tinham estabelecido, e onde penetrou a força que os perseguia e lhes arrasou as suas cubatas. No fim de poucos dias capturaram-se alguns que desciam a buscar água por não haver nos lugares em que se refugiavam (...) Segundo notícias e informações que tenho apenas há vinte por agarrar (...).³⁷

Todas as evidências indicam que, apesar da mobilização do governo provincial em 1850, os quilombos próximos de Luanda reapareceram durante os anos cinqüenta. E reapareceram na mesma região do Icollo, o que sugere duas hipóteses. Ou o ataque de 1850 não foi tão eficaz como registra a versão oficial ou então mobilizar tantas tropas militares teve um efeito apenas paliativo. A segunda hipótese é a mais plausível. Forças militares destruíam um, dois ou mais quilombos. No entanto, tais forças eram incapazes de deter por completo um dos efeitos principais do fim do tráfico ilegal: o aumento dos cativos em Luanda. E o efeito correlato disto foi praticamente inevitável: as fugas de escravos e a formação de quilombos nas regiões próximas da cidade.

Por trás das fugas de escravos, sabiam as autoridades do governo provincial, estava o “inchaço” provocado em Luanda pelo fim do

³⁷ AHU, Pasta 16A. 1850, Correspondência do Governador-Geral Adrião Accacio da Silveira Pinto, em 15 de outubro de 1850.

tráfico ilegal. Contudo, tinha-se que conviver com tal efeito indesejado para viabilizar as atividades lícitas. Por outro lado, tantos escravos faziam da segurança pública uma questão especialmente preocupante em Luanda. Para remediar a situação, aumentou-se várias vezes a tropa que policiava a cidade, formada pelos chamados *empacasseiros*. Em apenas três anos, entre 1848 e 1851, o número de empacasseiros que cuidavam da segurança de Luanda aumentou de 45 para 80.³⁸

A quase completa extinção do tráfico da escravatura tem feito passar esta província por uma transição um pouco rápida, e que forçosamente devia trazer consigo a criação de novos interesses colhidos do comércio lícito, no qual não era possível empregar desde logo o grande número de escravos que possuía cada um dos habitantes desta cidade, que todos mais ou menos com ele traficavam noutra época. Desta reunião forçada de muitos negros em Luanda, que as exigências do comércio hoje tornam absolutamente indispensáveis, num país onde não havia ninguém que se preste a trabalhos braçais, o que os mesmos pretos livres se negam, porque não têm necessidades algumas, ou mui pequenas, a satisfazer, provem a necessidade de conservar sempre no estado completo e bem pago, uma força os possa conter na devida linha de respeito.³⁹

Apesar do policiamento reforçado, as fugas de escravos em Luanda continuaram numa escala crescente. Era uma “tendência natural” dos

³⁸ Os casos de escravos que assassinavam seus donos se tornaram mais frequentes em fins dos anos cinquenta e inícios dos sessenta. Ver as cartas de 1º e 20 de outubro 1861 do procurador régio Carlos Botelho de Vasconcellos para Lisboa. Um foi o do assassinato do negociante holandês Ernesto Lipelt: “Ferrabraz e Manoel Carvalho apertaram e oprimiram-lhe o pescoço e o peito, e a prata Eugênia calou-lhe o ventre e torceu-lhe os genitais (...)”. AHU, Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 29. Até 11 de novembro de 1848, eram 45 *empacasseiros*. Este número aumentou para 60 a partir de então. Ver AHU, Correspondência dos Governadores de Angola, Pasta 16 (A). Ao mencionar apenas 30 empacasseiros em Luanda, Anne Stamm deve estar se remetendo ao início dos anos quarenta. Ver Anne Stamm. “La société créole à Saint-Paul de Loanda dans les années 1838-1848”, *Revue Française d’Histoire d’Outre Mer*, 217 (1972), p. 581. Em 1851, eram 80 empacasseiros no policiamento de Luanda. Ver *Almanak estatístico da Província d’Angola e suas dependências para o ano de 1852*, p. 5. Tams, que esteve em Luanda em 1841, também menciona os empacasseiros. Tams, *Visita às possessões portuguesas*, p. 207. Os empacasseiros são ainda mencionados por Carlos José Caldeira, *Apointamentos d’uma viagem de Lisboa à China*, pp. 208-209.

³⁹ AHU, Correspondência dos Governadores, Pasta 19-1, 1853, Correspondência do Governador-Geral de Angola, Visconde do Pinheiro, para Portugal, em 12 de outubro de 1853.

escravos. Em 1853, não raro fugiam vários escravos por dia, levando armas e munição dos seus donos. A maioria dos escravos fugia para os *quilombos* ou *motolos* que existiam na região do Icollo. Exatamente onde estavam instalados os mesmos *quilombos* ou *motolos* atacados em 1850. Falava-se, em 1853, num único *quilombo* ou *motolo* no Icollo, o que dá margem a uma suposição. É possível que os vários agrupamentos que já existiam pelo Icollo em 1850 tenham se unificado num só *quilombo*. Uma certeza se tem: se não se unificaram, os quilombos aumentaram bastante de tamanho. Só 20 escravos eram mencionados como fugitivos após o grande ataque de 1850. Um número bem inferior aos 2.000 escravos que estavam no “país” do Icollo em 1853. Um número tão grande levou ao temor de um ataque dos quilombos do Icollo à Cidade de Luanda.

Acresce mais a este motivo bastante atendível, outro muito mais poderoso, e que igualmente se deriva da causa acima apontada, e vem a ser que a tendência natural, e até certo ponto desculpável, que tem os negros de se isentarem da escravidão, se há nestes últimos tempos pronunciado tão descomedidamente, e em tamanha escala, que é raro o dia em que não foge a seus senhores grande número de escravos, tendo a prévia cautela de se armarem e proverem de pólvora, para assim municiados poderem ser recebidos num asilo neste país denominado motollo ou quilombo que estabeleceram, a um dia de jornada de Luanda, numa mata virgem que se estende até a margem direita do Quanza, e lhes dá passagem a caminhos só deles conhecidos para a Quissama. Neste motolo, segundo informações que tenho colhido, existem hoje mais de dois mil pretos e bem armados, que de momento para outro, tendo consciência de sua força, podem acometer a cidade e pôr em risco as fortunas dos negociantes desta praça, em grande perigo a vida de todos.⁴⁰

Foi, certamente, diante da constatação de que atacá-los não resolveria por completo o “problema”, que se chegou a um novo recurso

⁴⁰ Ibid. Os negociantes de Luanda mencionaram, em 1855, que os quilombos do Icollo eram três e reuniam mais de 20.000 escravos. Este número, que parece ser fruto do exagero dos negociantes, foi mencionado numa representação em que os negociantes se queixavam da lei portuguesa de 1854 que aboliu a escravidão e criou o estatuto dos libertos. Os negociantes diziam que os escravos se inspirariam na lei para fugirem e se revoltarem. Foi neste contexto que o número de 20.000 escravos foi citado. Os nego-

para combater os quilombos próximos de Luanda. Foi uma mudança de estratégia por parte das autoridades provinciais de Angola. Um recurso para impedir as fugas de escravos, o que afinal dava vida aos quilombos: “fechar” a cidade. Isto foi feito através da construção de uma linha de “circunvalação, que tivesse, em certas e determinadas distâncias, as competentes casas fiscais”. “Fechar” a cidade, diga-se, era uma medida que se voltava não só contra a fuga de escravos. Luanda era “aberta para os sertões por todos os lados”, facilidade aproveitada por alguns para contrabandear produtos sem pagar os devidos impostos. Quanto aos escravos, só poderiam passar pelas barreiras se tivessem todos os documentos expedidos pelo proprietário em conformidade com os regulamentos do governo provincial.

Tendo-me merecido a mais séria atenção os gravíssimos desfalques que sofriam os cofres públicos com a introdução clandestina e escandalosa de mantimentos, assim como as perdas diárias que os habitantes desta cidade experimentam com a fuga dos escravos; sendo insuficiente para evitar tais danos a constante vigilância da polícia por não ser possível, numa capital como esta aberta para o sertão por todos os lados, prevenir completamente, nem a entrada de uns, nem a saída de outros, verificando-se aquela, um manifesto prejuízo dos bons e verdadeiros negociantes, que pagando exatamente os direitos devidos, não podem concorrer no mercado com os contrabandistas (...) entendi dever apresentar em sessão da Junta de Fazenda o projeto de fechar a cidade por uma linha de circunvalação, que tivesse, em certas e determinadas distâncias, as competentes casas fiscais e sendo este meu pensa-

ciantes diziam que eram tantos escravos que Luanda poderia ser invadida: “a mui pequenas distâncias da cidade se acham reunidos em três quilombos, escravos fugidos em número para mais de vinte mil. Se a excitação que ora se manifesta nos escravos que ainda estão sob o domínio senhorial os levar a um pronunciamento, é por sem dúvida que aqueles outros virão apoiá-los. Então seremos nós todos, europeus, vítimas dos seus furores e da sua brutalidade; e teremos uma cena de luto como a de São Domingos, do Pará e da Bahia” (Livro nº 318, Copiador de Ofícios Expedidos, 1854-1859, Folha 70, Arquivo Municipal de Luanda, atual Arquivo da Biblioteca Municipal de Luanda). Outros casos de atentados e assassinatos de senhores por escravos dentro de Luanda foram citados numa representação dos negociantes da cidade de 1º de outubro de 1860 (Livro nº 319, Copiador de Ofícios Expedidos, 1859-1862, Folha 116, Arquivo Municipal de Luanda, atual Arquivo da Biblioteca Municipal de Luanda). Ambos transcritos por Santos, *Vinte anos decisivos*, pp. 294 e 445-446, respectivamente.

mento aprovado achei por conveniente determinar que do primeiro de janeiro de 1855 em diante, não possam entrar pelas barreiras que se estabeleceram gêneros de qualidade alguma para consumo, sem que venham legalizados na conformidade da portaria deste governo nº 173 de 2-05-1850 (...) e mais disposições fiscais em vigor, nem pelas mesmas barreiras possam sair escravos que se não achem munidos dos competentes passaportes, guias, ou bilhetes de seus senhores pela maneira determinada nas circulares de (5-03-1853 e 6-09-1853) ... publicadas nos boletins oficiais.⁴¹

Além dos episódios com os quilombos de Icollo, outros episódios dão conta de fugas e revoltas de escravos no interior de Angola. Um destes episódios aconteceu no Golungo-Alto, a região com maior número de libertos em 1859. Fugidos dos plantéis dos grandes comerciantes da região, os escravos se tornavam ameaça direta para quem queria fazer o comércio no interior. O Golungo-Alto, não custa lembrar, era estratégico nas rotas de comércio entre Luanda e os sertões. Não é dito, mas pode ser que tais escravos estivessem organizados em quilombos. Pelo menos uma grande operação militar foi feita, em 1861, para capturar os escravos que “roubavam e matavam” naquela região.

Afora isto não houve ali (Golungo-Alto) outra novidade de segurança nos conselhos que formam a linha de Cassange ao Dondo, de que já tenho dado conta tornando-se mais notável a audácia dos escravos insubordinados das casas de Pires e de Costa de Pungo-Andongo, que se pode dizer que assolam aquele conselho, roubando e assassinando, e ameaçando mesmo a vila.

Tenho tomado as medidas para aparar (?) naquele conselho, e na linha até Cassange, mandando reunir força em Pungo-Andongo, onde devem começar as operações, que se acham confiadas ao major (...) João Francisco do Casal.

Não me pouparei a esforços para que durante a boa estação que começa se conclua essa importante empresa de pacificações.⁴²

⁴¹ AHU, Pasta 20, 1854, Governador-Geral Visconde do Pinheiro, em 24 de janeiro de 1854.

⁴² AHU, Pasta 28, 1861, Correspondência do Governador-Geral de Angola, Calheiros e Menezes, para Portugal, em 27 de maio de 1861. O próprio Calheiros e Menezes menciona que, em 1866, o maior produtor de café do Cazengo havia perdido todos os seus 411 escravos, que haviam fugido para a Quissama. Ver nota 1, p. 19, in Menezes, *Relatório do Governo Geral da Província de Angola para o ano de 1861*. Freudenthal

Apesar das fugas recorrentes, escravos e senhores tinham relações mediadas também por acordos. Não era apenas a partir da coerção física que os senhores tratavam os escravos. Costumes e hábitos dos escravos mantidos nas áreas sob domínio português eram respeitados. Pode-se perguntar que razão teriam os proprietários para tal procedimento. Trata-se aqui somente de lembrar. Primeiro, a facilidade dos escravos para fugir para o interior. Segundo, o aumento brutal no número de escravos a partir do fim do tráfico — o que recomendava o pacto em detrimento da força bruta. Terceiro, costumes entre os próprios africanos, que, ao lhes garantirem a condição de homens livres, incentivavam a fuga dos escravos. Tais fatores concorriam para um quadro de relações escravistas pautadas em alguma medida por acordos entre senhores e cativos.

Um momento em especial deixava patente os acordos nas relações escravistas em Angola: a morte dos senhores. Para os escravos, a morte dos proprietários era um momento de apreensão. Novos donos traziam novos hábitos e a quebra de velhos costumes. Por esta razão, temerosos da perda de “direitos”, escravos com freqüência se amotinavam diante da morte de seus proprietários. Foi o que aconteceu, em 1860, com os escravos de Ana Joaquina dos Santos Silva, a grande negociante luandense. Seus escravos temiam o que poderia advir diante da morte da antiga proprietária. Perda de direitos conquistados, talvez até mesmo a dispersão do plantel. Nunca era possível rebaixar os escravos “inteiramente ao nível dos brutos”.

Se os escravos (estão) em número diminuto, e em lugares onde há logo bastante força pública, o remédio usual contra aquela sua disposição é fácil. São presos, até que, disseminados pela venda, lá vão acostumar-se ao novo jugo que a sorte lhe depara. É o caso mais sério, em circunstâncias contrárias. Sendo numerosos os escravos, em pontos mal guarnecidos de força, como são quase todos do interior, e a dois passos dos sertões em que não

analisa mais dois quilombos em Angola: o “couto da Sanga” (entre 1860 e 1894) e o “couto do Caholo” (entre 1860 e 1901). Segundo a autora, *couto* foi uma designação aplicada em Novo Redondo e em Mossamedes às formações criadas pelos escravos fugidos, mencionando ainda que o quilombo do Icollo sobreviveu até pelo menos 1872. Freudenthal. “Os quilombos de Angola no século XIX”.

temos nenhuma autoridade, concebe-se bem, que já não é fácil recorrer ao expediente da prisão dos escravos. Conhecem eles isto, porque, por mais que alguém o queira, não é possível rebaixá-los inteiramente ao nível dos brutos; e então, a sua repugnância a passarem a novo domínio traduz-se em manifestações de resistência mais ou menos formal.⁴³

Em 1860, num manifesto endereçado ao governador de Benguela, vários produtores de urzela de Mossamedes, a colônia fundada em 1848,

⁴³ AHU, Angola, Pasta 26, 1860, Comunicado do Governador-Geral de Angola, José Rodrigues Coelho do Amaral, em 4 de junho de 1860, sobre os distúrbios ocorridos quando os escravos de Ana Joaquina dos Santos Silva souberam da morte dela e tentaram fugir. Antes disto, o mesmo governador-geral, em 15 de janeiro de 1859, mencionou que era comum que os escravos se revoltassem quando morriam seus donos: "... em Ambaca, havendo falecido o morador abastado, Victoriano de Faria, parece que os seus numerosos escravos fizeram alguma desordem, querendo ausentar-se em massa. Isto é coisa ordinária em semelhantes circunstâncias pela repugnância dos pretos a passarem para novos senhores" (AHU, Pasta 25-3, Correspondência dos Governadores de Angola). O episódio foi registrado desta forma no relatório mensal do conselho de Ambaca de dezembro de 1858: "Tendo falecido o abastado morador Victoriano de Faria, no 1º de janeiro, seus numerosos escravos se armaram, tomando as armas e munições nos armazéns do finado, e atacaram a pequena escolta que fora mandada para guardar a casa. A escolta cedeu ao número, sendo no conflito ferido um oficial da companhia móvel. Em seguida, os escravos se ausentaram, tomando a direção do sertão de Ginga. Fora do roubo de armas e pólvora, nenhum outro [crime] cometeram os mesmos escravos. Ficavam tomadas as providências para impedir a repetição de tais desordens se os escravos voltassem, e para estes serem capturados" (ver relatório mensal do conselho de Ambaca de dezembro de 1858 no BOGGPA, nº 696, de 29 de janeiro de 1859. Documento transcrito por José de Almeida Santos, *Apenas um punhado de bravos, 1845-1864*, Luanda, Câmara Municipal de Luanda, 1970, p. 272). Mas um ano se passou e os escravos de Victoriano de Faria continuavam fugidos. Aqui se confirma por que os escravos fugiram quando Victoriano de Faria faleceu. Na verdade, ele havia prometido dar-lhes cartas de alforria e os escravos sabiam que, a partir da sua morte, não teriam garantias do cumprimento da promessa, razão pela qual preferiram a fuga: "No dia 4 do mês apareceram 25 escravos do falecido Victoriano de Faria, vindo mato armados, dizendo que queriam as suas cartas de alforria, pois que seu senhor lhes havia prometido em vida. Foi contra eles a força, que eles não esperaram, mas na retirada roubaram nove barris de pólvora de 10 libras pertencentes ao feirante Motta, que iam para Cassange. A força pôde apreender outros 15 escravos do dito falecido que andavam foragidos" (BOGGPA, nº 704, 26 de março de 1859). Documento transcrito também por José de Almeida Santos, *A alma de uma cidade*, Luanda, Câmara Municipal de Luanda, 1973, p. 460. Victoriano de Faria atuava em Luanda em 1846. Neste ano, o investidor recebeu autorização da Junta de Fazenda e se tornou um dos negociantes habilitados a emitir letras que circularam como numerário na praça mercantil de Luanda. Pelo menos desde 1854, Victoriano de Faria atuava em Ambaca. Sua pujança mercantil ficou patente quando se deu a arrecadação de "ofertas" para a construção da igreja do Distrito de Ambaca. Victoriano de Faria contribuiu com 40.000 réis, mais que os 30.000 réis oferecidos pelo chefe do Distrito de Ambaca. Ver BOGGPA, nº 466, 2 de setembro de 1854, p. 2.

manifestaram indignação com os prejuízos gerados pelas tentativas de tráfico ilegal perpetradas por um potentado local, Manuel José Correa. Este é um caso, à primeira vista, absolutamente insólito. Primeiro, uma manifestação formal de produtores angolanos contra o tráfico ilegal. Algo que seria simplesmente impensável 10 ou 20 anos antes. Na verdade, tem-se aqui nada mais que a aplicação prática do princípio de preservar a escravidão em detrimento do tráfico ilegal. Exatamente como era pregado 20 anos antes por publicistas como Lopes e Xavier Botelho.

Vamos falar dos grandes, digo, dos graves danos e perigos que desde já ameaçam os moradores e donos das feitorias que ao longo desta costa se dedicam com seus escravos ao valioso ramo de indústria da apanha da urzela. Danos e perigos estes tanto mais a lamentar que por longe de serem provenientes de algum acaso imprevisito, ou vaivém da sorte, são pelo contrário expressamente causados pela vontade e criminosos manejos de um só indivíduo, que no menoscabo das leis e conveniências sociais, com todo descaramento, exerce nesta costa o ilícito e nefando tráfico da escravatura, com o qual ameaça de total ruína a maior parte dos estabelecimentos de apanha da urzela e pescaria.⁴⁴

A manifestação antitráfico dos produtores de urzela deu-se, na verdade, quando a economia de Angola já transitara completamente para o comércio lícito. A urzela era um musgo com aplicação tintorial muito procurado pelas indústrias têxteis européias. Em Mossamedes, existiam feitorias destinadas exclusivamente à colheita da urzela. Os escravos constituíam a mão-de-obra fundamental desta atividade. Por outro lado, o barco espanhol que tanto temor causava tanto aos proprietários quanto aos escravos, é certo, fazia o tráfico ilegal para Cuba. Em fins dos anos cinquenta, o tráfico ilegal se revigorou na região do Congo-Angola. Contudo, fazê-lo do sul de Angola era uma verdadeira anomalia. Em geral, os embarques ilegais aconteciam entre Ambriz e Rio Zaire, através de traficantes que operavam na clandestinidade.

O perfil das operações de Manuel José Correa, o responsável pelos embarques ilegais em Mossamedes, não revela nenhum tipo de

⁴⁴ AHU, Angola, Pasta 28-1861, Representação dos produtores de urzela de Mossamedes contra o tráfico ilegal de escravos, em 24 de março de 1860.

organização estruturada. Correa atuava sozinho, e não em rede, como faziam os traficantes que atuavam a partir do Rio Zaire. Na verdade, ele também era dono de uma propriedade em Mossamedes. Afasta-se, assim, a hipótese de uma feitoria isolada para o tráfico ilegal na região. Correa não tinha barracões de escravos, nem agentes espalhados pelo sul de Angola. Antes de retomar o tráfico ilegal, é provável que ele se dedicasse à coleta da urzela. Ou seja, era mais um dos produtores da região. Exatamente aqueles que iriam se indignar diante do embarque de mais de 200 escravos, organizado por ele, em setembro de 1859.

Ano passado — no mês de setembro — o senhor Manoel José Correa, morador e proprietário do sítio denominado Carumjaba, valendo-se da sua posição isolada e sobretudo contando com a total ausência dos cruzeiros nestas paragens teve a criminosa audácia de receber em seu porto um barco espanhol — que por ele Correa expressamente convidado — vinha embarcar negros, como de fato os embarcou acima de duzentos e com eles seguiu (para) o reino de Havana.⁴⁵

Visto por escravos de outras feitorias, o embarque ilegal perpetrado por Correa teve sérias conseqüências. Entre os escravos, temia-se pelo retorno do tráfico ilegal. Por esta razão, aconteceram várias fugas entre os escravos das feitorias. Isto era o que mais afligia os produtores de urzela: perder a mão-de-obra que garantia a coleta da urzela. No fundo, talvez, o tráfico ilegal não fosse propriamente a raiz das reclamações dos produtores de urzela. Tinha-se uma preocupação maior com os efeitos indiretos a partir dos embarques ilegais na região, as fugas de escravos.

É sabido que por muito bem tomadas que sejam as precauções dos interessados em semelhantes embarques de negros nunca se podem efetua-los sem que isso desse nos olhos aos que mais ou menos longe estanciam do local onde neles se efetuam, motivo por que os escravos das vizinhas feitorias viram com seus olhos o dito embarque dos negros que o senhor Manoel José da Correia fazia a bordo dito barco espanhol, por ser feito de dia claro, por conseguinte todos das mais feitorias logo tiveram conhecimento dele e quanto

⁴⁵ Ibid.

bastou para se manifestar o espanto e alvoroço entre estes vendo ter chegado outra vez o tempo dos embarques dos escravos, e que a eles também em breve tocaria a sua vez. Logo em seguida disso tiveram princípio nas diversas feitorias as grandes deserções em massa. Foi então quando ao senhor Narcizo Francisco de Souza que estava apanhando urzela em S. Nicolau fugiram de uma só vez para mais de trinta escravos, Ladislau A. Magyar, na Lucira, sete.⁴⁶

Correa, segundo os produtores de Mossamedes, roubava escravos para vender aos navios negreiros espanhóis. Não se sabe se tal crime foi a ele atribuído como um artifício para chamar a atenção das autoridades. Afinal, dizia-se, era seu “costume antigo” o de “roubar e sonegar” escravos fugidos. Apesar disto, no entanto, nenhuma petição fora antes escrita pelos produtores. Escravos que se julgavam réus de algum delito procuravam por Correa para pedir “padrinho”. Mais uma vez, tem-se na costa a aplicação de um costume típico da escravidão. Como já visto, no interior, através da fuga *chimbika*, escravos insatisfeitos buscavam por outros donos. Aparentemente, algo parecido acontecia em Mossamedes, através dos escravos que buscavam Correa para pedir “padrinho”.

Temos que notar ilustríssimo sr. que entre os desgraçados escravos que o tal sr. Correa levava para embarcar iam alguns roubados também — porque pelo que se sabe, há muito tempo, é costume antigo deste sr. roubar e sonegar parte dos escravos que nas suas fugas são capturadas pela sua gente — no sítio de Carumjaba, e mesmo parte daqueles que das feitorias vizinhas para lá acodem, a título de lhe pedirem padrinho por algum delicto de que os ditos julgam serem réus (...) não falando dos muitos moradores de Mossamedes que para sempre têm perdido os seus escravos, sendo embarcados nos navios negreiros, dos quais este homem imoral é agente especial.⁴⁷

O ápice do ciclo de revoltas escravas deu-se na propriedade de Manoel de Paula Barboza. Sua feitoria tinha mais de 100 escravos que desempenhavam várias tarefas: coleta da urzela, pescaria, além da agricultura. O temor dos embarques ilegais também atingiu os escravos de

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

Barboza. Assim, uma grande revolta escrava aconteceu em sua feitoria. E a violência extrema marcou este “holocausto”. Após aguardarem o anoitecer, os escravos de Barboza saquearam e incendiaram a casa do proprietário. Não o encontrando, em grande algazarra, assassinaram o caixeiro de Barboza, fugindo depois para a liberdade nas terras do interior.

Porém o mais calamitoso de todos estes desastres, e até horroroso no seu efeito, foi aquela fuga que o senhor Manoel de Paula Barboza sofreu no Inamangando — onde se achava estabelecido há um par de anos, tendo empregados em diferentes misteres, como agricultura, apanha de urzela e pescaria mais de cem escravos, gente adulta, e de muitos anos de serviço. Estes então que, por cúmulo da infelicidade, tiveram ocasião de ver com seus próprios olhos o embarque dos negros que se fazia a bordo do barco espanhol, no porto de Carumjaba, juraram desertar todos e até vingaram-se de seu próprio senhor, pois supunham e mesmo diziam que já não lhes restava dúvida alguma, em como depois de longos anos de serviço, com que — com mais certeza deviam contar, é de serem embarcados para além-mar — o dito juramento eles cumpriram-no à risca: pois de repente armam-se, sublevam-se, e invadem boca da noite a casa de seu senhor, saqueiam, e incendeiam-na procurando entre gritos de furor o seu senhor Paulo Barboza, que por felicidade achando-se ausente salvou-se; porém em lugar dele o seu infeliz caixeiro Borges foi vítima expiatória do furor dos amotinados — entre mil torturas expirou aos golpes de azagaia e ainda com isso não contentes os furiosos escravos separaram-lhe a cabeça do tronco, o mutilado cadáver entregam-no às chamas da casa incendiada, e qual demônios do inferno entoaram cantigas e danças a roda do terrível holocausto da infeliz vítima. Saciado desta maneira o furor canibalesco, todos, grandes e pequenos, de ambos os sexos, levantaram e tomaram caminho para as terras gentílicas. Foi por esta forma que o Sr. Manoel de Paula Barboza, por fazerem os outros embarques de escravatura na sua vizinhança, teve que sofrer valiosa perda de uns poucos de centos de réis, além da cruel e dolorosa lembrança que lhe resta e restará da sorte infeliz de seu caixeiro, no que deveras nós também todos sinceramente acompanhamos!⁴⁸

⁴⁸ Ibid.

O caso da revolta de Mossamedes demonstra que as relações entre escravos e senhores eram reguladas por compromissos segundo os quais os escravos tinham condições de conquistar certos espaços. Se quebrados, tais compromissos poderiam ter resultados desastrosos para os proprietários, como no caso de Mossamedes. Tais compromissos eram provavelmente construídos a partir de referências que os escravos mantinham de suas sociedades de origem no interior da África Central. Dados estatísticos têm indicado que a procedência dos africanos escravizados em Angola variava dentro de certos limites. Por exemplo, 75% da população escrava de Luanda era originária de apenas 10 macrorregiões situadas no centro e norte de Angola em 1855: Benguela (4%), Ambaca (5%), Bie (5%), Ginga (5%), Quissama (5%), Libolo (9%), Cassanje (12%), Ngola (13%), Luanda (19%), e Congo (23%). Além de oferecer um quadro diferente das teses hoje aceitas, que apontam o sul de Angola como principal região de procedência dos escravos no século XIX, tal fato pode ter ditado uma certa coerência em termos de construção de sociabilidade. Vindos majoritariamente do centro e norte de Angola, como fica claro através de informações obtidas a partir de registros oficiais de escravos compilados pela administração portuguesa em 1855 e registros de enterramentos de indivíduos no cemitério de Luanda entre 1850 e 1855, tais escravos podem ter sido capazes de manter valores próprios de suas sociedades originárias. Levando em conta os diferentes tipos de escravidão praticados no interior, isto pode tê-los feito ter uma idéia bastante definida de “direitos” e limites na escravidão praticada nos espaços controlados pelos portugueses.⁴⁹

⁴⁹ Para as teses segundo as quais a procedência de escravos angolanos no século XIX mostra um peso maior das regiões centro e sul de Angola, ver Joseph Miller, *Way of death: merchant capitalism and the Angolan slave trade, 1730-1830*. Madison, University of Wisconsin Press, 1988, pp. 148 e 233; Achim von Oppen, *Terms of trade and terms of trust: the history and contexts of pre-colonial market production around the Upper Zambezi and Kasai*, Hamburg, 1993, p. 59. Quanto aos registros de escravos e de enterramento de indivíduos no cemitério de Luanda, ver Roquinaldo Ferreira, “Fontes para o estudo da escravidão em Angola: Luanda e Icolo e Bengo no pós-tráfico de escravos”, *Anais do Segundo Congresso Nacional de História de Angola*, Luanda, 1997 (no prelo).